

A ECONOMIA NAS REDUÇÕES

(Breve relato)

Maria Antônia da Silva

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1609 e 1768, na região que se chama Paraguai, se desenvolveu uma experiência de vida humana comunitária e cristã original, as famosas “Reduções Jesuíticas Guaranis”.

Esta singular experiência colonial, que envolveu o governo da Espanha, a Companhia de Jesus e as populações indígenas guaranis por sua dimensão e durabilidade única, conhecida na história da humanidade e mais conhecida como “República Guarani”, Estado Jesuítico do Paraguai, “Reino Teocrático Jesuítico-indígena junto aos rios Paraná e Uruguai” ou simplesmente “Reduções dos Jesuítas e Guaranis do Antigo Paraguai”.

Em nosso trabalho usaremos apenas “Reduções” para indicar as Reduções Jesuíticas dos Guaranis.

Por “*Reduções entendemos aquelas pequenas vilas ou povoados onde os índios eram reduzidos à vida urbana*”; a finalidade das “Reduções” era facilitar a civilização e a evangelização dos indígenas.

Essas “Reduções” Jesuíticas com os Guaranis se distinguiram das demais que existiram em diversos pontos da América, sobretudo pelo nível de vida e progresso material e espiritual que lá se verificou: única organização a promover realizações de ordem sócio-econômica, cultural, religiosa e até militar.

Deter-nos-emos aqui apenas na questão econômica, para que possamos melhor entender a organização estrutural dos Guaranis influenciados pelos espanhóis.

Tendo consciência da extensão e profundidade de pesquisa que o assunto exige, faremos apenas uma breve reflexão baseada em leituras feitas anteriormente e nas aulas ministradas pelo professor Bartomeu Meliá, quando tratou a questão do Guarani. Ficou claro que para o Guarani a terra fundamentava a relação de reciprocidade, enquanto que para os jesuítas espanhóis a serviço da Coroa representava propriedade.

A ECONOMIA NAS REDUÇÕES JESUÍTICAS (BREVE RELATO)

Quando os europeus chegaram, as comunidades indígenas da América praticavam uma economia de cooperação.

A economia indígena se caracterizava pela propriedade de uso comum e dos meios de trabalho. Os jesuítas respeitaram e incentivaram esse costume. Os meios de produção e de consumo nas reduções eram da comunidade.

Anteriormente à vinda dos espanhóis, os índios já praticavam um sistema de roças através de “queimadas”, trocando frequentemente de local. Sua economia, além de poucas roças, consistia na coleta daquilo que a natureza oferecia espontaneamente. As poucas terras cultiváveis tinham caráter comunitário, e eram consideradas do clã, de todo o grupo. Portanto, não existia entre eles o conceito de propriedade privada.

Os missionários, no início de seus trabalhos com os indígenas e mesmo em alguns momentos posteriores, tentaram introduzir o

sistema de propriedades particular, mesmo porque a legislação espanhola previa que assim fosse. Contudo, cedo os jesuítas se deram conta de que era inútil insistir muito neste ponto.

Os lotes de terra, que lhes eram destinados, eram pouco trabalhados e a contragosto pelos índios. Conta-se que alguns faziam questão de receber um pedaço de terra pequeno para não ter que trabalhar tanto. Os padres tinham que controlar e incentivar o trabalho nos dias em que deveriam trabalhar nos seus próprios lotes. Alguns preferiam ficar deitados nas suas redes, ao invés de trabalhar a sua terra. Por essa razão, a maioria não conseguia produzir nem o necessário para a sua própria subsistência.

Os indígenas não eram acostumados ao trabalho sistemático. O sistema de propriedades particulares não correspondia às suas tradições e natureza, preferiam o trabalho comunitário. O trabalho comunitário nas “Reduções” sempre teve certo caráter festivo, a terra fundamentava a relação de reciprocidade e era o dom que propunha a sustentação da sociedade.

Os indígenas não tinham muita clareza quanto à propriedade coletiva da terra, pois, em seu seminomadismo, costumavam mudar-se constantemente de um lugar para outro. O Padre Roque Gonzales, em suas primeiras explorações do território gaúcho, conta que ficou impressionado com a extensão das capoeiradas que existiam, prova desta rotatividade.

Os missionários jesuítas, na sua tentativa de *“promover o homem indígena a uma vida mais digna, para melhor evangelizá-la”* (Seep, 1943), procuraram combinar as tradições destes com as novas exigências de uma vida reducional. Assim, os jesuítas introduziram uma economia planejada e produtiva, habilmente administrada, com normas preciosas e controladas, a tal ponto que as Reduções entraram em concorrência com os próprios colonizadores espanhóis.

O bem estar e a prosperidade das reduções dependia do tra-

balho comum dos Guaranis.

A estrutura econômica nas reduções não foi sempre a mesma e exatamente igual em cada uma delas. Porém, em regra, a terra era dividida em partes: “Tupambaé” (propriedade de Deus) e “Avabaé” (propriedade da pessoa).

Cada família recebia um terreno “Avambaé”, onde devia trabalhar pela sua subsistência. Este terreno ou chácara ficava mais ou menos próximo da redução; quando era um pouco mais longe, construíam sobre o mesmo uma pequena choupana para morar nos tempos de trabalho mais intenso, como no tempo da lavração. Assim, “*cada família possuía uma chácara a uma ou duas léguas do vilarejo*” (Armani, 1977 : 28). Esse terreno, destinado a cada família, não podia ser vendido, não era uma verdadeira propriedade privada no sentido jurídico moderno da palavra. Além de não existir nenhuma documentação, era entregue em caráter vitalício. Servia apenas para delimitar a área onde cada família podia plantar seus produtos, evitando problemas com outras famílias.

As famílias trabalhavam no “Avambaé” três dias por semana, em geral, terça, quarta e sexta-feira.

A principal atividade econômica nas reduções era comunitária. Os Guaranis preferiam trabalhar juntos. No Tupambaé (propriedade da comunidade ou de Deus) cultivava-se trigo, milho, algodão, cana-de-açúcar e outros produtos possíveis de armazenagem. Normalmente, o trabalho no Tupambaé acontecia às segundas-feiras e aos sábados. No tempo da colheita, todos participavam.

Toda produção e lucro do Tupambaé era em benefício da comunidade. Assim, eram compradas as ferramentas, pagamento do imposto ao Rei, sustentação dos órfãos, das viúvas e doentes e também para as despesas administrativas, como viagens, livros de registros, material para pintura e ferramentas para as oficinas. Servia também para a sustentação dos missionários.

O Tupambaé era, além de tudo, uma garantia para os tempos difíceis como secas, intempéries e socorro às outras reduções. Muitas vezes as famílias terminavam sua produção particular e, então, as reservas da comunidade supriam as necessidades.

Como os índios não tinham onde armazenar os seus produtos particulares, tudo era entregue e depositado no armazém público e depois iam retirando segundo as necessidades. Assim, a erva-mate, por exemplo, era distribuída todos os dias por pessoas especialmente encarregadas.

Faziam parte do Tupambaé, além dos terrenos cultiváveis, todos os bosques, rios, pastagens e campos.

A criação de gado era executada por alguns grupos preparados para essa função. Duas vezes por semana era distribuída a carne para todas as famílias da redução, e era um dos produtos mais apreciados pelos índios.

No entanto, o índio não adquiriu o hábito de ter sua vaca de leite. Todas pertenciam à comunidade.

Portanto, nas reduções, havia um sistema de trabalho e produção que poderíamos chamar de sistema misto, isto é, familiar e comunitário.

O sistema coletivo preservava o indivíduo da fome, cuidava dos velhos, dos doentes, possibilitava a educação dos jovens, protegia os órfãos e as viúvas. Além disso, podemos acrescentar que o trabalho comunitário era mais fácil de ser vigiado, ao mesmo tempo que os jesuítas lhe deram quase um caráter religioso.

No tempo da colheita, toda a comunidade saía cedo para o campo num verdadeiro clima de festa, cantando e rezando, enquanto alguns carregavam a imagem de Santo Isidoro.

Queremos acrescentar aqui, também, alguma idéia sobre a

indústria e o artesanato nas reduções. Este é um assunto que mereceria uma investigação à parte, mas, para nosso trabalho, acreditamos que apenas alguns dados serão necessários.

Dada a necessidade de produzir no lugar a maior parte possível de artigos destinados ao uso interno, os missionários trataram de encaminhar as Reduções para a auto-suficiência. Os jesuítas eram, por si mesmos, verdadeiros mestres nas áreas das ciências, das artes e das técnicas de produção.

Os padres, antes de partirem para as missões, eram bem preparados não só intelectual e espiritualmente, mas também em outros campos como música, carpintaria, medicina, agricultura, escultura, veterinária, engenharia, botânica, etc.

Nas oficinas das Reduções, os índios eram treinados para todos os ofícios, desde a pintura à fundição de ferro. Nestas oficinas, trabalhava-se o couro, a madeira, a lã e o algodão; fabricava-se chapéus, instrumentos musicais, vasilhames e outros objetos de uso doméstico; fabricavam-se sinos, armas e até foi instalado, numa delas, um observatório astronômico.

O progresso material atingido nas Reduções é testemunhado pelo desenvolvimento da indústria gráfica e pelas belas igrejas, cujas ruínas ainda se pode apreciar, sobretudo em São Miguel, no Rio Grande do Sul e Santo Ignacio-mini em Misiones, Argentina.

CONCLUSÃO

Não tivemos a pretensão de fazer a história da economia e propriedade dos Guaranis nas “Reduções”, mas sim uma abordagem sintética do que foi o trabalho e a propriedade e como se desenvolveu essa relação entre índios Guaranis e padres Jesuítas, responsáveis pela

organização da nova estrutura econômica, social e política dos índios.

Nossa investigação fez entender que a estrutura econômica nas Reduções não foi sempre a mesma, porém, em regra, a forma de divisão da terra, que era a fonte econômica nas Reduções, se assemelhava.

O gado se tornou importante para as Reduções, pois servia como meio de transporte e alimentação para os índios.

No entanto, entendemos a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada para que melhor se entenda a questão da economia nas Reduções.

Seria, para isso, importante desenvolver pesquisas sobre o cotidiano nas Reduções, para se conhecer com mais profundidade a organização econômica dos indígenas nas Reduções e, com isso, aprofundar essa análise.

BIBLIOGRAFIA

ARMANI, Alberto. *Cittá di Dio e cittá del sole. Lo stato*. Gesuita dei Guaraní (1609-1768). Roma : [s. n.], 1977.

CORTESÃO, Jaime. *Manuscrito da Coleção de Angelis “Jesuítas e Bandeirantes do Guairá”* (1594-1640). Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1951.

FURLONG, Guillermo. *Missiones y sus pueblos de Guaraníes*. Prólogo del Dr. Cesar Napoleón Ayrault. Buenos Aires : Imprenta Balmes, 1962.

FEDERMANN, N., SCHMIDL, Ulrico. *Alemanes en América*. Edición de Lorenzo E. López. Madrid : História 16, 1985. (Crónicas de América 15).

- MELIÁ, Bartomeu. El “modo de ser Guarani”. En la primeira documentação jesuíta (1594-1639). *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 24, p. 1-24, 1981.
- _____. La tierra sin mal de los Guarani. Economía y profecía. *Suplemento Antropológico*, Asunción, v. XXXII, n. 2, p. 81-98, 1987.
- _____. Potyrõ: la cuestión del trabajo indígena Guarani. In: VIII SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIRAS. *Anais...* Santa Rosa : Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, [out. 19--]. p. 295.
- MELIÁ, Bartomeu, SAUL, Marcos Vinicius de Almeida, MURARO, Valmir Francisco. *O Guarani*. Uma bibliografia etnológica. Santo Ângelo : FUNDAMES, 1987.
- RODRIGUES, Ayron Dall’Igna. *Línguas brasileiras; para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo : Loyola, 1986.
- SEPP, Antônio. *Viagens às missões jesuítas e trabalho apostólico*. São Paulo, [s. n.], 1943.